

ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, REALIZADA EM 23 DE DEZEMBRO DE 2009: _____

---Aos vinte e três dias do mês de Dezembro do ano dois mil e nove, nesta cidade de Esposende e Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, reuniu em sessão extraordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de Manuel Fernando Torres Arezes, na qualidade de Primeiro Secretário da Mesa da mesma. -----

---A reunião da presente sessão foi, inicialmente secretariada pelo Segundo Secretário da Mesa, Bibiana Secundina Dias Oliveira. -----

---Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros: -----

Manuel Albino Penteado Neiva,
Manuel Enes de Abreu,
Berta Filipa Gonçalves Viana,
António Maranhão Peixoto,
Ana Margarida Ferreira Morgado,
Ana Mafalda Oliveira Carreira Mendanha e Silva,
Manuel Joaquim Marques Peres Filipe,
Luís António Albuquerque Nunes de Sá e Melo,
Georgete Maria Loureiro Viana da Cruz,
Miguel de Almeida Moreira,
Zélia Susete Rosas Fernandes,
José Salvador Pereira Torres Ribeiro,
Manuel Fernando Morgado Carvoeiro,
Orlando Manuel Martins Marques de Lima Rua,
Gorete Maria Coutinho da Costa Silva,
António Manuel Meira da Cruz Queirós
Maria Isabel Fernandes Dias,
Armando Luís Lopes Martins,
Manuel Barros Lopes,
Manuel Fernando Lima Meira Torres,
Mário Ferreira Fernandes,
José Eduardo de Sousa Felgueiras,
Luís António Sequeira Peixoto,
António Vendeiro Catarino,
José Henrique Laranjeira Brito,
António Martins Neves,
José Augusto Azevedo Sousa,
António Manuel Amorim dos Santos,
Aurélio Mariz Neiva,
Jorge Manuel Neto Filipe,
Joaquim Carvalho Rosmaninho.

---Sendo dezassete horas e quinze minutos, verificando-se haver “quorum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Primeiro Secretário da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se

presente o Presidente da Câmara Municipal, Fernando João Couto e Cepa, em representação desta, bem como todos os restantes Vereadores eleitos para o corrente mandato daquele órgão. --

---Verificou-se, entretanto, a ausência dos seguintes elementos: _____

António Viana da Cruz e
António Carlos Vieira da Silva.

---Não compareceu inicialmente o Presidente da Assembleia Municipal, António Fernando Couto dos Santos. -----
-

01 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: _____

Antes de iniciados os trabalhos a senhora deputada Ana Mafalda solicitou a justificação da falta dada à última sessão, tendo a mesma sido aceite por unanimidade dos presentes.

De seguida iniciou-se a discussão e votação dos assuntos incluídos na ordem de trabalhos. -----

01.01 – ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2009 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

Foi presente a acta da sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte e seis de Novembro e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ACTA DA ÚLTIMA SESSÃO DESTE ÓRGÃO. -----

01.02 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO. -----

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

01.03 – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - NOMEAÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA. -----

Foi presente em sessão informação 084/SASE/2009/ onde é dado a conhecer que de acordo com a alínea d) do n.º 1 do Artigo 3.º do Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação de Esposende, a Assembleia Municipal de Esposende promova a eleição de um representante das Juntas de Freguesia, a fim de integrar a nova composição do referido Conselho. Fica arquivada cópia da documentação referida junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

Foi apresentada uma proposta pelo Grupo Político do PSD, de acordo com a qual se pretende a nomeação do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gemeses.

Colocado o assunto a votação,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, CORRIDO ESCRUTÍNIO SECRETO, COM 26 VOTOS A FAVOR, 1 VOTO BRANCO E 6 ABSTENÇÕES, APROVAR A PROPOSTA E, ASSIM, NOMEAR COMO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA NAQUELE CONSELHO MUNICIPAL, O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE GEMESSES, JOSÉ AUGUSTO AZEVEDO SOUSA. -----

01.04 – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO - PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE NA AGÊNCIA DE ENERGIA DO CÁVADO. -----

Foi presente na sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com a sua deliberação tomada em 10 de Dezembro de 2009, solicita à Assembleia Municipal que autorize o Município de Esposende a integrar a Agência de Energia do Cávado, bem como dar parecer favorável à minuta de Estatutos da referida Agência. Fica arquivada cópia da documentação referida junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -

Interveio o senhor Presidente da Câmara, o qual, de forma sucinta, fez a apresentação do documento e das razões que levam a Câmara Municipal a solicitar autorização para que o Município de Esposende passe a integrar aquela Agência.

Colocado o assunto a votação,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, AUTORIZAR O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE A INTEGRAR A AGÊNCIA DE ENERGIA DO CÁVADO, NOS TERMOS DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS E COM OS QUAIS SE CONCORDA. -----

01.05 – POSTURA DE TRÂNSITO DA FREGUESIA DE RIO TINTO - PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

Foi presente na sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com a sua deliberação tomada em 26 de Novembro de 2009, solicita à Assembleia Municipal que aprove a postura de trânsito da freguesia de Rio Tinto. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da acta da presente Sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR A VERSÃO FINAL DA POSTURA DE TRÂNSITO DA FREGUESIA DE RIO TINTO. -----

01.06 – POSTURA DE TRÂNSITO DA FREGUESIA DE APÚLIA - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DA VERSÃO FINAL. -----

Foi presente na sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com a sua deliberação tomada em 10 de Dezembro de 2009, solicita à Assembleia Municipal que aprove a versão final da postura de trânsito da freguesia de Apúlia. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da acta da presente Sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 24 VOTOS A FAVOR E 9 ABSTENÇÕES, APROVAR A VERSÃO FINAL DA POSTURA DE TRÂNSITO DA FREGUESIA DE APÚLIA. -----

01.07 – CÂMARA MUNICIPAL - DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2010 - ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO / MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2010 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

De harmonia com deliberação do órgão executivo municipal, tomada em reunião realizada no passado dia dez de Dezembro foram presentes na sessão as propostas de plano plurianual de investimentos, plano de actividades municipais e orçamento da receita e da despesa da Câmara Municipal, para o ano de 2010. Foi ainda presente na sessão Mapa de Pessoal para o ano de 2010. Fica arquivada cópia dos mesmos junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

No período da discussão do presente assunto interveio o senhor Presidente da Câmara, tendo dito, após a apresentação dos documentos, que estão em curso inúmeros investimentos o que condiciona a apresentação de novos projectos, até porque, como referiu, o Município de Esposende está envolvido em dois grandes projectos, quais sejam o Polis Litoral Norte e o Urbi Esposende, que obrigam a um grande esforço financeiro, sendo que, em seu entender, e apesar desta condicionante, não poderia a Câmara Municipal deixar de investir nestes projectos em causa.

Disse ainda que o ano de 2010 vai ser um ano de maior contenção ao nível da despesa.

Continuando no uso da palavra disse que aproveitava este momento para informar que estava agendada uma reunião com o senhor Ministro relacionada com as portagens na A28, contudo a mesma reunião foi, por iniciativa daquele, novamente adiada para o dia 5 de Janeiro de 2010. Disse ainda que a Câmara Municipal aderiu a uma campanha de sensibilização e de apelo à participação nesta matéria.

Seguidamente disse que reuniu com o Dr. Manuel Vilas Boas, a quem deu a conhecer das preocupações da Câmara Municipal e da população esposendense quanto à intenção de encerramento da extensão de saúde de Belinho, tendo aí ficado a conhecer que as razões dessa intenção se prendem com o facto de ter sido apresentada uma candidatura por um conjunto de médicos para a criação de uma Unidade de Saúde Familiar que deixaria isolada a extensão de Belinho, tendo ficado com a ideia de que houve receptividade em incluir essa mesma extensão naquela Unidade.

Deu posteriormente conhecimento da recomendação aprovada pela Câmara Municipal para que o Governo reconsidere a hipótese de localização do aterro sanitário na freguesia de Fragoso no concelho de Barcelos.

Seguidamente, e reportando-se ao incêndio ocorrido nos aprestos dos pescadores de Apúlia, disse que pediu uma reunião com o senhor Secretário de Estado das Pescas, pedido esse que não obtinha resposta.

Ainda sobre a mesma matéria disse que efectuou uma reunião com a Associação dos Pescadores, na qual deu a conhecer que, no domínio das pescas, não há nenhuma atribuição da autarquia nem nenhuma competência dos seus órgãos, logo, tudo o que a Câmara Municipal fizesse nesta matéria estaria a ultrapassar a sua esfera de competência. Disse que logo ali ficou assumido que, desde que obtivesse parecer favorável do Ministério do Ambiente, a Câmara Municipal asseguraria a instalação dos armazéns a título provisório e que teria de aguardar a dita reunião com o senhor Secretário de Estado para aferir que meios poderiam ser empenhados nesta matéria.

Continuando disse que, por estranho que pareça, soube que estava agendada a dita reunião com o senhor Secretário de Estado pela Associação Pró Maior Segurança dos Homens do Mar, sediada na Póvoa de Varzim. A reunião ocorreu ontem e ali foi dito que a Câmara Municipal estava empenhada em ajudar a resolver o problema, mas que não poderia ser ela a única a resolvê-lo, necessitando da colaboração da administração central. Verificou que, naquela reunião a preocupação que surgiu era somente aferir se havia um programa comunitário de apoio nesta matéria e não tanto encontrar uma solução por meios próprios, o que o deixa preocupado quanto à resolução de problemas quando já não houver a possibilidade de recurso a fundos comunitários.

Ali foi-lhe dito que a Câmara Municipal poderia candidatar a aquisição dos armazéns ao programa PROMAR e que os pescadores, por si próprios, poderiam apresentar candidaturas para aquisição de motores e de guinchos, o que, de facto, não é o que vai resolver o problema dos pescadores, até porque o que mais necessitam neste momento é de redes e de fatos. Disse que, depois lhe foi dito que o Governo poderia abrir uma linha de crédito bonificado, mas que, parece que é esta a única ajuda que o Governo pretende dar.

Interveio seguidamente Manuel Carvoeiro, cuja intervenção vai ser transcrita:

“A Lei – n.º 12-A/2008 prevê a possibilidade de as autarquias locais promoverem a mudança de posicionamento remuneratório aos trabalhadores que obtenham uma classificação de Bom em cinco anos, de Excelente em dois anos ou de Muito Bom em três anos, decisão que compete aos executivos camarários, utilizando a figura da “opção gestionária” (art. 46.º).

Ora, mais de 180 autarquias em todo o país já utilizaram esta figura da “opção gestionária, reconhecendo-a como justa e necessária ao bom desenvolvimento e valorização dos seus recursos humanos.

No entanto, esta não foi, ainda, a conduta da Câmara Municipal de Esposende, cujo Presidente, apesar de, várias vezes, apontar a importância e o valor dos funcionários desta autarquia, não concretiza em acções concretas o que afirma nos seus discursos. Efectivamente, não se vislumbra na proposta de orçamento ora em discussão, qualquer dotação que permita, pela via

da “opção gestonária” valorizar os vencimentos dos funcionários, permitindo a mudança de posicionamento remuneratório. Com tal conduta, esta Câmara demonstra uma grande insensibilidade perante o problema de salários muitos deles miseráveis. A utilização da figura da “opção gestonária” constitui uma medida justa, porquanto minimizará os impactes profundamente negativos provocados pelas políticas governamentais, particularmente o congelamento do tempo de serviço para a mudança de escalão.

Não podemos dar guarida, sobre a matéria em apreço, à omissão do Orçamento para 2010.

Apelo ao Sr. Presidente e à Câmara que revejam esta proposta de Orçamento, permitindo-lhe, Sr. Presidente da Câmara, nos termos do disposto no n.º 3 e 4 do art.º 7.º e n.ºs 1 e 2 do art.º 46.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, no prazo de 15 dias após o início da execução orçamental decidir sobre: i) o recrutamento dos trabalhadores necessários à ocupação dos postos de trabalho previstos e não ocupados, ii) a alteração de posicionamento remuneratório dos trabalhadores por opção gestonária (art. 47.º, n.º 2 e 3 e 113.º da LVCR) e a atribuição de prémios de desempenho (art.º 7.º, n.º 2 e 75.º da LCCR). É que, conforme afirma o STAL e com toda a razão “ quem trabalha tem direitos e não pode ser tratado como gente de segunda. Esta é uma reivindicação justa e imprescindível.

Relembre-se que de acordo com a tabela de transição, a primeira progressão não pode ser inferior a 28 euros e a passagem será sempre para um nível efectivo.

Em jeito de exemplo, um assistente operacional a quem estava atribuído o índice 165, foi integrado num nível remuneratório situado entre a posição 2 e 3 da categoria, auferindo 566,41 euros. Com a alteração desse posicionamento passará para o nível 4, a que corresponde 635,07 euro, pela via da alteração do posicionamento remuneratório, por opção gestonária, dignificar os funcionários desta autarquia.

Se não o fizer, a Câmara Municipal de Esposende tenderá a ficar isolada, desde logo, no contexto dos Municípios do distrito de Braga. Lembro que esta medida já foi adoptada pelas Câmaras de Braga, Barcelos, Fafe, Famalicão, Terras de Bouro, Vila Verde, Vizela.

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Pela quinta vez denuncio o facto de a Câmara Municipal não cumprir o Estatuto da Oposição. Efectivamente, o órgão executivo do Município não procedeu, como legalmente está obrigado, à audição dos grupos políticos no processo de elaboração dos documentos previsionais que ora discutimos. Trata-se de uma falha, de uma irregularidade que importa suprir.

No âmbito da discussão sobre os documentos previsionais, emerge, depois da sua análise, colocar algumas questões, a saber:

- Por que se contempla uma dotação, no âmbito das actividades de enriquecimento curricular, para instituições sem fins lucrativos de 290 mil euros? Que trabalho desenvolvem, neste âmbito tais instituições, capaz de justificar a atribuição de tal montante?
- E quando se fala de actividades sócio-educativas, verificação uma dotação para prémios, condecorações e ofertas de 4 mil euros? Do que se trata, de forma clara e concreta?
- E quanto ao saneamento, designadamente no que concerne à rede municipal de águas pluviais, com uma dotação de 20 mil euros, não deveriam tais trabalhos ser efectuados pela empresa Esposende Ambiente?
- E a limpeza do areal, com uma inscrição de 37 mil euros não deveria ser assumida pelo PNLN?
- E a dotação de 15 mil euros para as actividades da Casa da Juventude, não parece uma verba irrisória, quando até se propala que estamos perante o último grito em termos de mobilização de jovens do concelho?

- Não é estranho que para propaganda (publicidade...) se preveja gastar 20 mil euros, mais do que o previsto para a realização propriamente das actividades desta casa da Juventude?
- E quando falámos da realização de actividades culturais, o que significa o apoio de 6. 500 Euros a empresas privadas? De que empresas estamos a falar? Não têm estas empresas como escopo principal da sua actividade o lucro? Se assim é, porque atribuí a Câmara o apoio referido a estas empresas? Qual o benefício ou retorno para a comunidade de tal apoio? Creio que deve haver coerência nas afirmações e nas opções. Se se entende que não se devem apoiar os pescadores vítimas de um sinistro que lhes destruiu as suas artes de pesca, porque no fundo exercem uma actividade privada, da mesma forma não se deve apoiar entidades privadas, ainda que exerçam a sua actividade no âmbito cultural. Porque, assim, há que apoiar as livrarias, as casas que comercializam produtos na área do cine-vídeo, os ginásios privados e quejandos.
- E quanto ao apoio às bandas de música, 30 mil euros, não parece insignificante esta verba, tendo em atenção o importante papel das mesmas na formação musical de muitos jovens de meios desfavorecidos? O mesmo se diga quanto ao apoio aos ranchos folclóricos.
- E sobre as semanas culturais, as dotações não são igualmente irrisórias?
- Falando nas bibliotecas de praia, constata-se a míngua da dotação para o funcionamento das mesmas. Falamos da vergonhosa dotação de 2000 euros. Estaremos a assistir ao golpe de finados destas bibliotecas?
- Sobre a rubrica Desporto, recreio e lazer, observa-se uma gorda dotação de 585 mil euros. Não seria de desagregar esta rubrica explicando melhor qual o destino concreto desta verba, quais as modalidades contempladas com a mesma e a sua equitativa distribuição?
- Ainda quanto ao apoio a actividades desportivas há uma inscrição orçamental de 150 mil euros. Também, aqui, importa saber que modalidades estão contempladas.
- É aceitável que nada conste em termos de dotação orçamental quanto ao apoio ao desenvolvimento comercial?
- E para a realização de actividades de promoção e animação turística, bem como para o apoio a actividades de interesse turístico se inscreva, no global 22 mil euros? Não é esta verba insignificante, para uma terra que se afirma com vocação turística?
- Sobre a ampliação e requalificação de cemitérios, a dotação de 47 mil euros permitirá resolver, nesta matéria, o problema complicado que vive a freguesia de Belinho?

Sr. Presidente para além das considerações e dúvidas que acabo de referir, estes documentos previsionais, constituem um precioso instrumento de denúncia e desmascaramento, quer das promessas anunciadas e não inscritas nestes documentos, quer do vazio que existe no palco do poder reinante, aqui no nosso concelho. Concretizo:

Há dois anos, em Belinho, o Sr. Presidente da Câmara, numa festa promovida pelo Centro de Formação Musical de Belinho, afirmou alto e bom som, depois de anunciar várias obras, que a cereja em cima do bolo era a construção de uma escola de música para Belinho. Prometeu, perante muita gente, alunos, pais e comunidade em geral que Belinho iria ter a sua Escola de Música. Afinal, volvido este tempo, se vislumbra a tal cereja em cima do Bolo, nem mesmo aqui nestes documentos previsionais.

Em Esposende, cidade, vemos todos os dias aquele edifício do posto de turismo que deveria envergonhar esta Câmara. Mesmo assim, nada consta, ainda que com uma feição provisória para resolver aquele problema, nem mesmo cem euritos para lá colocar algumas lâmpadas que segundo informações seguríssimas fundiram há cerca de 20 anos.

O auditório municipal está velho, desadequado e não reúne condições de segurança, como deu para ver na audição pública realizada pelos alunos da escola de música de Esposende no

domingo passado. Trata-se de um espaço que não permite a realização com qualidade de actividades culturais. Mesmo, assim, nada consta, nos documentos previsionais no sentido de se apontar um rumo, mesmo que seja um esboço de um projecto tendente á construção de uma casa das artes, um centro de espectáculos que responda ás exigências dos tempos que correm. Nesta matéria ficámos claramente para trás em comparação com os municípios vizinhos.

Fão é a única freguesia que continua sem uma sede de Junta condigna e, mesmo assim, também, nada se vê nestes documentos para resolver tal problema.

E quanto ao Centro Educativo de Fão, atento ao projecto, constata-se que o mesmo enferma de uma flagrante omissão. Não consta um auditório. Ora este espaço é fundamental para uma escola. Esta necessidade far-se-á, sentir, ainda mais, quando sabemos que na Vila de Fão não há nenhum auditório. Ainda há tempo para sanar tal omissão no interesse da comunidade educativa fangueira.

Estamos perante documentos previsionais, cujos projectos, estão sujeitos, no fundamental, às transferências de fundos comunitários e do Estado e, portanto, neste quadro á mercê da grande imprevisibilidade quanto a tais financiamentos. Refiro os projectos no âmbito do URBI e do polis do Litoral Norte. Subtraindo ao plano tais projectos, ficamos com muito pouco.”

Interveio seguidamente Penteado Neiva, o qual iniciou o seu discurso dizendo que ficou com a sensação que, pese embora tenham sido eleitos para o mesmo órgão, ficou com a ideia de que o deputado Manuel Carvoeiro concorreu para um Concelho completamente diferente do de Esposende tal é o quadro negro com que aquele pintou o Concelho para que concorreu e foi eleito. Disse ainda que a intervenção que foi por aquele deputado feita e relacionada com os funcionários municipais veio a despropósito quanto ao momento e ao lugar.

Continuando no uso da palavra, efectuou a seguinte intervenção que vai ser transcrita:

“O Grupo Político do PSD nesta Assembleia Municipal vai votar favoravelmente estes documentos previsionais relativos ao ano de 2010.

Poderíamos enumerar várias razões que nos levam a optar dar a nossa total e inequívoca anuência a estes documentos.

Desde logo porque as ideias e projectos neles vertidos foram amplamente sufragados - e votados favoravelmente - por uma grande percentagem da população deste concelho.

Mesmo assim é nosso entendimento que os mesmos foram elaborados com rigor e grande sentido de responsabilidade procurando equilíbrio e sustentabilidade no desenvolvimento do concelho de Esposende. Todos sabemos que as restrições financeiras são grandes, que as autarquias se sentem asfixiadas e o Poder Central lhe retira, cada vez mais, capacidade de poderem ser ambiciosas e de desejarem para os seus municípios grandes melhoramentos.

Sem dúvida que o Plano de Actividades e Investimentos que o Executivo Municipal aqui apresenta reflecte nitidamente em conter algumas despesas e de canalizar os seus esforços financeiros para dois grandes projectos que são o Polis Litoral Norte e o URBI - Esposende. É claro que a dinâmica deste município é muito mais que estes dois projectos. Constatamos que as freguesias não foram esquecidas e que a acção dos diversos serviços camarários, com enfoque especial para a Educação, possuem dotações de grande relevo.

Sem dúvida que gostaríamos que alguns dos projectos passassem rapidamente do papel para o terreno e deles gostaria de realçar a Musealização do Cemitério Medieval de Fão e o Parque Temático dos Moinhos da Abelheira.

Porque é nosso entendimento estar o Executivo Municipal a gerir este Município com rigor,

objectividade e sentido de responsabilidade, não poderíamos deixar de aprovar o Plano de Actividades da Câmara Municipal para o Ano de 2010.”

Interveio seguidamente Manuel Enes cuja intervenção vai ser transcrita:

“Registamos no Orçamento agora apresentado para 2010, pelo menos assim parece, existir uma previsão bem mais ponderada do que aquela apresentada no ano que agora termina, embora e porque se trava um ano de eleições, haver necessidade de mostrar mais obra.

Acontece que também aí as receitas seriam as mesmas dos anos anteriores, as quais por regra variam entre os 18 e os 20 milhões de euros por ano, supondo-se como se verificou que mais para diante haveria uma “obrigação” de rectificação orçamental, como também é expectável venha a acontecer em 2010.

Mesmo assim e dando tolerância para a divergência que quase sempre ronda os 10%, bem mais pudemos afirmar que este Orçamento e Grandes Opções do Plano, supostamente nos parece bem mais realista do que o anterior, contudo, convém esclarecer, apenas nos estamos a referir quanto à grandeza dos números apresentados.

Havíamos afirmado em Assembleia anterior, que estamos aqui para colaborar com o Executivo, sempre o que for nosso entendimento serem as opções tomadas, de interesse para o concelho.

Esta é, e continuará a ser a nossa postura no presente e no futuro.

Mas o orçamento tem mais.

Tem além das realidades dos seus próprios números, e desses já falamos, uma outra característica e não menos importante: a distribuição desses valores por cada rubrica, e este tem sido o drama das sociedades actuais.

A distribuição dos recursos é hoje a principal responsável pelas desigualdades nas pessoas e as causadoras das mais variadas lutas, entre países, regiões, classes políticas e sociais.

Por isso, e quanto à distribuição do dinheiro, os documentos previsionais que o Executivo Municipal submete à apreciação desta Assembleia, confirmam uma vez mais, a inexistência de um Modelo de Desenvolvimento Económico para o Município de Esposende, onde se vislumbra uma estratégia coerente, consistente e integrada no médio e longo prazo.

Tal, é corroborado pela afectação dos recursos municipais expressos nas Grandes Opções do Plano, no Plano Plurianual de Investimentos e no Orçamento para 2010.

Repare-se que, a título de exemplo, no domínio da Requalificação Urbana todas as acções relacionadas com o Projecto Urbi - com lugar de destaque dado pelo Executivo Municipal logo na introdução dos documentos previsionais - para 2010, não têm ainda fontes de financiamento asseguradas, passando-se o mesmo com o Centro Educativo de Fão, agora no domínio da Educação.

Alertamos para o facto de que estes não estejam exclusivamente a contar com os apoios que poderão advir do QREN, atendendo à execução e aos compromissos já assumidos por este quadro comunitário.

Por outro lado, não pode passar incólume a visão que o actual Executivo tem relativamente a um dos sectores nevrálgicos, fundamentais, do Município: O Turismo.

Nos últimos anos Esposende tem vindo a perder competitividade face aos seus mais directos concorrentes (Viana do Castelo e Póvoa de Varzim), sofrendo um declínio hierárquico que tem criado fortes dificuldades aos sectores turísticos locais e, consequentemente, diminuindo a sua quota de mercado.

Temos de mudar de paradigma, criar uma oferta turística integrada, que possa ser promovida quer no mercado nacional quer nos mercados internacionais, em países que potencialmente

demandarão a oferta local do concelho.

Ora, no que verte a este domínio não é a alocação de 0,56% do investimento do Plano de Actividades Municipais que se inverterá tal situação.

O Executivo Municipal pretende realizar na área funcional do Turismo a “Aprovação e implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico do Concelho de Esposende”, no entanto apesar de sabermos que tal plano está concluído, esta Assembleia ainda não teve acesso ao mesmo.

Não obstante, independentemente do seu conteúdo e das orientações estratégicas nele preconizadas, não será com as verbas supra referidas que se procederá à sua implementação.

Chegou o momento de imprimir uma maior dignidade ao sector do turismo.

Consideramos o orçamento para 2010, consideravelmente sofrível na medida em que é inconsistente, mal fundamentado e inválido na capacidade de provar eficazmente o que sustem, refugiando-se nos mesmos “truques” do passado.

É um documento que não privilegia o investimento público (aquisição de bens de capital - despesa de investimento) como fonte geradora do crescimento económico local, da riqueza municipal, como veículo catalizador para o efectivo e sustentado desenvolvimento.

O investimento representará somente 27,8% do total das receitas.

Segundo o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses para o ano de 2007 a venda de bens e serviços (receita de capital), incluindo bens duradouros, representa em média 10,8% da receita total, então e sendo o item recorrente, como é possível um Município como o de Esposende prever vender bens de investimento no valor de 5.789.500,00€, correspondente a 24,1% do total de receitas?

Esta “manobra” tem sido sucessivamente utilizada, para depois concluir que a média anual dos últimos anos da venda de bens e serviços do Município ronda e só apenas 200.000,00€.

Há muito que sabemos que a estrutura orgânica da Câmara Municipal está sobre dimensionada face às necessidades efectivas do Município.

Fruto de uma gestão de recursos humanos incompetente as despesas com o pessoal representarão 35% do total das despesas correntes (de funcionamento), contribuindo para tal o excesso de recursos humanos, a sobreposição de funções/tarefas entre alguns deles e “clientelismo” politico-partidário.

Ainda no que tange às despesas de capital, na rubrica “Passivos Financeiros” encontra-se expresso o montante que o Município tem que pagar para o reembolso dos empréstimos contraídos em 2009, como são recorrentes os problemas de liquidez e as dificuldades de tesouraria, não irá, já em Janeiro de 2010, o Município solicitar novo reforço por via de instrumentos de funcionamento?

Onde se encontra a projecção desses encargos no orçamento?

Não se segue o princípio da prudência que traduz no reconhecimento de eventuais financiamentos que venham a ser contraídas.

Tudo isto será justificado pela falta de rigor?

Não, é a proclamada contabilidade orçamental criativa a funcionar?

Sendo porém, no nosso entender isto uma evidência, apesar disso repito, daremos o benefício da dúvida ao Executivo, mantendo-nos porém vigilantes e muito atentos quanto à execução deste mesmo.”

Sendo dezoito horas e vinte e cinco minutos, compareceu António Fernando Couto dos Santos, cuja falta até ao momento foi considerada justificada, o qual assumiu a presidência da Mesa e a direcção dos trabalhos, tendo a sessão passado a ser secretariada pelos Primeiro e Segundos

Secretários da Mesa.

Seguidamente interveio Mário Fernandes cuja intervenção vai ser transcrita:

"Caríssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, recém-chegado a esta sessão, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhor Deputados, prezado público;

Começo por pedir à Mesa que me autorize a fazer uma primeira abordagem sobre um tema extra agenda;

Em primeiro lugar para falar sobre o Aterro Sanitário do Município de Barcelos. Confirmando na íntegra, como não poderia deixar de ser, tudo aquilo que o Senhor Presidente da Câmara já hoje aqui referiu sobre este tema e informar esta Assembleia de que há efectivamente um conjunto de quatro juntas de freguesia do nosso município, Curvos, Vila-Chã, Palmeira de Faro e Forjães, que têm desenvolvido um trabalho persistente e incansável, no sentido de impedir a instalação de tal aterro na vizinha Freguesia de Palme, que confronta com algumas freguesias do nosso concelho e que seria um autentico atentado à natureza e à qualidade de vida nas nossas Freguesias.

Na realidade já se realizaram inúmeras reuniões dos Presidentes destas Juntas de Freguesia, com outras presidentes de Juntas do Concelho de Barcelos, sempre no sentido e com o propósito de defenderem as suas terras e impedir que seja cometido um autentico atentado ambiental, com a destruição de uma enorme mancha florestal, de enorme interesse ambiental e por isso classificada como REN – Reserva Ecológica Nacional.

Destas reuniões, quero destacar a última, que teve lugar há dias, na Câmara Municipal de Barcelos com o Novo Executivo Camarário, a convite deste e em que estiveram presentes as referidas juntas de Freguesia do Concelho de Esposende e muitas outras do concelho de Barcelos, a saber, Palme, Feitos, Aldreu, Vila Cova, Fragoso, bem como representantes da Resulima – Entidade responsável pelo Aterro Sanitário.

Nessa reunião ficou bem claro para todos que a melhor solução a todos os níveis – técnico, ambiental e outros é a instalação do Aterro na Freguesia de Fragoso – em terrenos de exploração de caulinos. O próprio presidente da Junta de Freguesia de Fragoso, tomando a palavra afirmou que pretende a instalação do Aterro na sua Freguesia e essa é a opinião da população da sua Freguesia, já auscultada para o efeito, ainda segundo o próprio.

Concluiu-se que o único entrave é o parecer desfavorável da Direcção-Geral de Energia e Geologia, pois considera esta área propícia para a exploração de caulinos. O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Barcelos – Dr. Miguel Costa Gomes, prometeu tudo fazer para convencer aquela Entidade Pública a mudar o seu parecer e a autorizar a instalação do Aterro Sanitário na Freguesia de Fragoso. Por tudo isto, louvo também a Câmara Municipal de Esposende, pela recente deliberação que aprovou, no sentido de recomendar ao Governo que autorize a instalação do Aterro Sanitário na Freguesia de Fragoso. Tenho esperança que com a ajuda de todos, iremos conseguir a instalação do Aterro Sanitário no local mais apropriado que é na Freguesia de Fragoso.

Agora sim, a minha abordagem ao Orçamento e Grandes Opções da Câmara Municipal de Esposende para o ano de 2010;

Quero começar por desmistificar a função dos Presidentes de Junta nesta Assembleia Municipal. É que parece haver pessoas que entendem ou pretendem fazer passar a ideia de que cada presidente de Junta só tem que se preocupar com aquilo que tem a ver com a sua Freguesia. Ora, na minha opinião isto está totalmente errado, ou seja, eu ao analisar o

Orçamento vejo-o como um todo. Vejo aquilo que é contemplado para a minha freguesia - Curvos, mas também analiso os restantes investimentos e actividades a realizar no restante concelho, ou seja, nas outras catorze freguesias.

Desta análise, é para mim bem claro, que está garantido para Curvos o investimento que vai permitir a conclusão das obras em curso, bem como a execução de outras. É também claro para mim, que este Orçamento reflecte um investimento harmonioso para todo o concelho.

Como sei da dificuldade que constitui a elaboração de um Orçamento, eu próprio já elaborei nove, para a minha freguesia, sei que há alguns princípios que devem estar presentes, e que eu confirmo estarem neste Orçamento Municipal, como; A exigência e o rigor e ainda a definição criteriosa de prioridades.

Pelas razões expostas dou o meu voto favorável a este orçamento, numa dupla perspectiva: Pelo investimento para Curvos e pelo investimento para todo o Concelho.

Antes ainda de terminar quero aproveitar para deixar um pedido ao Senhor Presidente da Câmara, para que tenha presente que o facto de existirem dois projectos de enorme dimensão e interesse para o concelho, como são o Urbi-Esposende, que beneficiará as freguesias de Esposende, Marinhas e Gandra, e o Polis Litoral Norte, que beneficiará as freguesias de Antas, Belinho, Mar, Marinhas, Gandra, Esposende, Fão e Apúlia, a realizar nos próximos anos e em que a Câmara terá que fazer elevados investimentos da sua quota parte nestes projectos, que sendo financiados, não o são a cem por cento, e como estes projectos beneficiarão no essencial as freguesias do litoral, que nos próximos orçamentos faça por compensar as freguesias dos interior do concelho no sentido de lhes proporcionar os investimentos de que também estas necessitam."

Interveio seguidamente o senhor Presidente da Assembleia Municipal, tendo justificado as razões que motivaram o seu atraso na chegada à presente sessão.

Seguidamente interveio José Felgueiras tendo dito que fica sempre bem, nesta quadra natalícia, verificar a existência de solidariedade dos presidentes de junta.

Continuando no uso da palavra disse que espera que as valências previstas no orçamento para o observatório marítimo não venham a descambar num novo pólo universitário.

Seguidamente questionou sobre qual a localização do novo horto municipal. Disse ainda que saúda a ideia de um Centro de Actividades Náuticas e que desde já a Junta de Freguesia de Esposende demonstra a sua disponibilidade para apoiar a Câmara Municipal nesta matéria na medida em que esta entenda por pertinente.

Questionou ainda onde se prevê a localização do novo mercado municipal, bem como sugeriu que fosse tida em atenção a necessidade de assegurar um bom serviço de transporte de e para o local, sobretudo nos dias mais invernosos.

Tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal iniciando por dizer que entende que o deputado Manuel Carvoeiro tem dois problemas de base, quais sejam: trazer, como outros deputados, as declarações já prontas de casa, facto que leva a que, por vezes, fiquem com o discurso ultrapassado, como agora aconteceu quanto à actuação da Câmara relativamente aos pescadores de Apúlia. O outro reporta-se a um problema de análise e de interpretação dos documentos previsionais que levam a afirmações sem sentido como aquelas que proferiu quanto às verbas para o enriquecimento curricular transferidas para as IPSS's com as quais se

estabeleceram protocolos de colaboração já devidamente esclarecidos nesta assembleia.

Continuando disse que as verbas inscritas para prémios e condecorações são, efectivamente, também para aquelas condecorações que são atribuídas no dia do município, contudo, no seu grosso, são referentes a prémios atribuídos nas diversas actividades desenvolvidas pela Câmara Municipal, sobretudo de âmbito desportivo.

Disse ainda que, relativamente às águas pluviais esta não é, nem nunca foi, uma competência da EAmb, a qual só faz a manutenção das redes no âmbito de um protocolo que foi com ela celebrado para esse efeito.

Quanto à rubrica de desporto, recreio e lazer, disse que bastava uma análise mais atenta para verificar que está tudo devidamente discriminado nos documentos e o mesmo se diga quanto à substituição de lâmpadas no posto de turismo que se encontra inserida na rubrica de reparação e manutenção de edifícios municipais, não sendo, de modo algum, pensável que se vai estar a colocar nestes documentos a elencagem de toda e cada uma das despesas que se fazem com lâmpadas ou outras análogas.

Disse também que a Câmara Municipal já adquiriu um edifício onde pretende instalar a Junta de Freguesia de Fão e, só por desconhecimento se entende afirmações como aquelas que foram proferidas.

Quanto ao pessoal, disse que existem de facto câmaras municipais que têm necessidade de arrear caminho porque congelaram durante anos as promoções dos seus funcionários e agora se vêm compelidas a lançar mão deste mecanismo de opção gestionária para corrigir injustiças do passado, coisa que a Câmara Municipal de Esposende, felizmente, não necessita. Ainda relativamente a esta matéria disse que é contudo interessante ver que, as mesmas pessoas, num momento criticam o não uso da opção gestionária para promover trabalhadores mas logo de seguida vêm criticar o que dizem ser o elevado custo com a mão-de-obra.

Continuando no uso da palavra, disse que, relativamente à intervenção do deputado Manuel Enes, esta lhe fez pensar por momentos eu ainda estava no mandato anterior, tal foi o uso de percentagens. Disse ainda que, quanto ao Centro Educativo de Fão, existe de facto previsão nos documentos, mas para os anos seguintes, uma vez que seria utópico e acreditar em milagres, crer que seria feito algo em 2010.

Disse também que, quanto aos projectos do Urbi, só depois de aprovadas as candidaturas é que se poderá inscrever a sua previsão de encargos e receitas no orçamento.

Seguidamente disse que todos os investimentos que se fazem no sentido de melhorar Esposende são investimento que valorizam o Concelho e, consequentemente, também beneficiam o turismo porque aumentam a atractividade daquele.

Continuando disse que, relativamente à venda de bens imóveis, todos sabem que até à entrada em vigor do POCAL, as receitas eram inscritas um pouco em função do que se pretendia inscrever como despesa, contudo, depois daquela data, a inscrição de receita tem regras objectivas e, como já em tempo útil foi esclarecido, houve necessidade de proceder a certos

arranjos orçamentais, os quais serão sempre necessários bastando para tanto verificar que, quando o documento em análise foi elaborado havia uma previsão relativa a pagamentos a fornecedores que, neste preciso momento já é diferente.

Disse ainda que, relativamente ao observatório marítimo o que seria o ideal era haver em Portugal somente uma entidade responsável pela resolução dos problemas da erosão costeira, coisa que, infelizmente não acontece e o que se tem visto é que, nos últimos anos o que se tem gasto nesta matéria é praticamente destinado a estudos e a resolução efectiva dos problemas não implica forçosamente que se envolvam as universidades.

Disse também que o novo horto municipal se irá localizar na freguesia de Apúlia uma vez que aquele que se localiza na denominada Quinta do Paiva em Marinhas já não satisfaz as actuais necessidades por escassez de espaço.

Disse que o novo mercado municipal, em princípio, será instalado junto ao actual recinto da feira e que, de facto, se terá de pensar numa solução global em matéria de transporte.

Continuando no uso da palavra disse, e para finalizar, que convinha desmistificar o conteúdo do que se designa por despesa corrente, uma vez que, normal e erradamente, se associa esse tipo de despesa a gastos com pessoal ou com funcionamento dos serviços, mas não deve notar-se que o grosso dessa despesa é com outro tipo de encargos, tendo exemplificado:

Transportes escolares: 860.000 euros; Cantinas escolares 180.000 euros; Programa enriquecimento curricular 430.000 euros; Programa expansão da educação pré-escolar 380.000 euros; Apoio a actividades escolares 70.000 euros; Utilização do aterro sanitário 520.000 euros; Recolha de resíduos sólidos 1.050.000 euros; Limpeza de praias e pinhais 70.000 euros; Limpeza urbana 660.000 euros; Manutenção de espaços verdes 333.000 euros; Apoio a associações culturais 41.000 euros; Apoio a associações desportivas 150.000 euros; Apoio ao desporto escolar 150.000 euros; Serviço de iluminação pública 530.000 euros, Limpeza de vias nas freguesias 285.000 euros, tudo num total de cerca de 5.700.000 euros, o que dá para ilustrar que não há nada de mais errado de fazer a leitura que se tem vindo a fazer quanto à rubrica de despesa corrente.

Colocado o assunto a votação,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 26 VOTOS A FAVOR, 4 VOTOS CONTRA E 4 ABSTENÇÕES, APROVAR OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O ANO DE 2010.

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fão apresentou a seguinte declaração de voto: “Não poderia ser outro o meu sentido de voto que não o da votação a favor, desde logo pelos investimentos que, nestes documentos, estão previstos para a Freguesia de Fão, mas também porque, até ao momento, tem havido um grande empenho de manter a solidariedade institucional entre a Câmara e a Junta de Freguesia.” -----

Finda a discussão e votação dos assuntos incluídos na ordem de trabalho o senhor Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra para informar que está já agendada uma reunião com o senhor ministro relacionada com as portagens na A28 e que se criou um sentido de solidariedade

com esta causa entre todos os deputados dos diversos distritos onde se prevê a introdução de portagens em SCUT's.

Deu ainda conhecimento que deu entrada na Comissão de Saúde da Assembleia da República uma recomendação da Câmara Municipal de Esposende e um abaixo assinado da população de Esposende, ambos relacionados com a extensão do centro de saúde de Belinho.

---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a acta da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por UNANIMIDADE DOS PRESENTES.

---Sendo dezanove horas e cinco minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão. -----

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro Secretário,

O Segundo Secretário,

ACTA

N.º 07/2009

**SESÃO EXTRAORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE**

**Realizada em
23 de Dezembro de 2009**